



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**

**26 de fevereiro de 2019**

**Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia vinte e seis do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antônio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 08/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a indicação da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco para desempenhar a função de Líder do Governo nesta Casa de Leis, a partir do dia 19 de fevereiro de 2019; Mensagem número 10/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Emenda Modificativa à Medida Provisória número 01/2019, que “dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual”; Mensagem número 11/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Emenda Modificativa à Medida Provisória número 03/2019, que “dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”; Ofício oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, comunicando a celebração de Termo de Cooperação Técnica com o município de Araguacema; Ofício oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração de Termo de Contrato, por meio de colaboração financeira não reembolsável com o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES. Na Apresentação de Matérias, foram



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

entregues os Projetos de Lei que receberam os números: 32/2019 e 33/2019, de autoria do Senhor Deputado Antônio Andrade; 34/2019, 35/2019, 36/2019 e 37/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; a Proposta de Emenda à Constituição que recebeu o número 02/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto e outros; e os Requerimentos que receberam os números 314 a 359. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números: 314/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 315/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 316/2019, 317/2019 e 318/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 319/2019 a 327/2019, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 328/2019 e 329/2019, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; e 330/2019, 331/2019 e 332/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo, Zé Roberto Lula e Eduardo Siqueira Campos. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Oliveira, Zé Roberto Lula e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderéz Castelo Branco e Vanda Monteiro. Na Ordem do Dia, foram anunciados, em turno único de discussão e votação, os seguintes Recursos ao Plenário: de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, referente ao processo número 306/2016, que “propõe nos termos do Regimento Interno, Recurso ao Plenário da decisão da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, sobre o Projeto de Lei número 317, de 24 de agosto de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de fotos de menores desaparecidos nas contas de água, telefone e energia”, que deu origem ao Processo número 306/2016; de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, referente ao processo número 107/2016, que “propõe nos termos do Regimento Interno, Recurso ao Plenário da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei número 220/2016, que dispõe sobre o direito que tem o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido de receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade”, que deu origem ao processo número 107/2016; os quais votados, foram aprovados e seguem a tramitação normal. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Projetos de Lei números: 54/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui a Escola Indígena Akezanê, no município de Tocantínia, que deu origem ao processo número 305/2017; 67/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha Setembro Verde no âmbito do Estado do Tocantins, destinada ao incentivo de doação de órgãos”, que deu origem ao processo número 98/2018; 88/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais do Projeto Bela Vista, com sede no município de Palmeirante – TO”, que deu origem ao processo número 129/2018; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 01/2018, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 117/2018, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar



## ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

número 02/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei Complementar número 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 85/2017, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 02/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 33/2017, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 21/2014, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova o Balanço Geral do Governo do Estado do Tocantins, referente ao Exercício de 2011”, que deu origem ao processo número 281/2014, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 301, 300, 298, 299, 272, 273, 307, 309, 296, 305, 312, 294, 269, 270, 271, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 313, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 295, 297, 302, 303, 304, 310, 311 e 291, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e vinte e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*